Charles Tilly

Movimentos sociais como política

Em seu editorial de 5 de dezembro de 2002, o *Harare Daily News*, do Zimbábue, afirmava que

> Construir um forte movimento social pró-democracia é sempre uma tarefa da sociedade civil quando operando sob um ambiente político opressivo... Um ponto de partida seria ser capaz de definir o que é um movimento social. Como o nome sugere, movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesses da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico. Foi este particularmente o caso da luta *antiapartheid* das duas últimas décadas na África do Sul e, o que é mais relevante, dos últimos quatro anos no Zimbábue. A única diferença significativa entre a situação zimbabuana e o movimento social *antiapartheid* sul-africano é que a primeira tende a ser menos definida e menos focalizada. Na verdade, no Zimbábue, as pessoas às vezes podem ser desculpadas por pensar que o movimento social se dividiu (*Harare Daily News*, 2002, p. 1).[1]

[1] Do original "Social movements as politics", publicado como o primeiro capítulo do livro *Social movements, 1768-2004*. Copyright Boulder/London: Paradigm Publishers, 2009. Para respeitar o sentido original, as referências ao livro foram mantidas. Traduzido por André Villalobos.

■ Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

No Zimbábue de 2002, os líderes da oposição ao violento e vingativo regime de Robert Mugabe deploraram as divisões entre os sofridos cidadãos de seu atormentado país, produzidas pelo regime através de uma combinação de repressão e cooptação. Eles viam como modelo as mobilizações massivas, mais antigas e mais bem sucedidas, contra o *apartheid* na África do Sul. E conclamavam para um movimento social mais amplo e mais efetivo contra a tirania e em favor da democracia. Em consequência de sua ousadia em dar voz à oposição, o *Harare Daily News* foi fechado pelo regime de Mugabe em setembro de 2003. No dia 17 desse mesmo mês, as forças do regime prenderam cerca de cem pessoas que tiveram a audácia de realizar uma marcha pelas ruas de Harare em protesto contra o fechamento do jornal e em favor de uma nova constituição (*Economist*, 2003b, p. 46).

Ao conclamar por um movimento social para procurar resolver um problema político, a oposição zimbabuana estava acompanhada por muitas iniciativas similares em outras partes. Em 1997, o periódico socialista *International Viewpoint*, sediado em Manchester, convocou um "movimento social europeu" para defender os direitos dos trabalhadores em face da política de cortes de gastos sociais da Comissão Européia (*International Viewpoint*, 1997). Ao longo dos anos seguintes, ativistas europeus – socialistas e de outras orientações – continuaram a clamar por um movimento genuíno em escala continental. Uma rede denominada *Jubilee 2000*, centrada na Europa mas de escopo mundial, desenvolveu uma campanha pela eliminação da dívida do Terceiro Mundo. Segundo seus organizadores:

> *Um movimento social global constituiu-se de forma unificada em torno dessa questão.* Por volta do ano 2000, após apenas quatro anos de atividades organizacionais, havia campanhas *Jubilee 2000* em 68 países, conquanto de força e características variáveis. As campanhas nacionais eram autônomas, mas compartilhavam objetivos, símbolos e informações gerais – e um extraordinário sentimento de solidariedade. Elas estavam baseadas em países tão diversos quanto Angola e Japão, Colômbia e Suécia, Honduras e Israel, Togo e Estados Unidos. A capacidade de cooperação e coordenação de nossas campanhas foi grandemente aumentada pelo uso da internet (PETTIFOR, 2000, p. 62; ênfases no original).

Na altura de 2004, muitos europeus viam com esperança a mobilização contra o capital global como o movimento que poderia redimir as depri-

midas expectativas dos trabalhadores europeus e as dificuldades dos países do Terceiro Mundo.

A América Latina e a Ásia também entraram nessa sintonia: em março de 2002, o *site* do *Rehydration Project* [Projeto Reidratação], de um grupo de combate à diarreia baseado na Costa Rica, postou um artigo de Sabir Mustafa, editor associado do *Financial Express* de Daca. O artigo, intitulado "O controle da diarréia torna-se um movimento social em Bangladesh" (MUSTAFA, 2002), informava que numerosos "professores primários, líderes religiosos, organizações voluntárias, médicos de aldeia, grupos rurais e até mesmo forças policiais auxiliares locais" de Bangladesh estavam promovendo ativamente medidas contra a doença (especialmente a terapia de reidratação oral) para salvar vidas de crianças.

O apelo esperançoso aos movimentos sociais também cresce pela América do Norte. Em 1999, o ativista canadense Murray Dobbin conclamou pela "construção de um movimento social no Canadá" com vistas a assegurar que onde quer que efetivamente assumisse o poder, o Novo Partido Democrático [*New Democratic Party* – NDP], de tendência esquerdista, não viesse a abandonar seus eleitores:

> A mais elementar compreensão da teoria do Estado nos diz que, quando um partido social democrático conquista o "poder" em uma eleição, ele não o conquista efetivamente. Altos burocratas, virtualmente todos atualmente educados na ideologia neoliberal, atuam como quinta coluna na sabotagem a políticas progressistas. Do mesmo modo, quando as corporações internacionais ameaçam cancelar planos de investimentos [realizar *capital strikes*], como fizeram em Ontário e na Columbia Britânica, os governos do NDP não têm o "poder" de impedí-las.
>
> É aí que entram os movimentos sociais. E se não pudermos levar milhares de pessoas às ruas (sem ter de gastar centenas de milhares de dólares e meses de organização) podemos esperar que os governos do NDP sucumbam ao poder real das corporações, que é exercido diariamente e com uma ferocidade espantosa. No que diz respeito a movimentos sociais que efetivamente confrontem o poder das corporações, temos falhado quase tanto quanto o NDP (DOBBIN, 1999, p. 2).

Na virada para o século XXI, no mundo todo, o termo "movimento social" foi reconhecido como um toque de clarim, como um contrapeso ao poder opressivo, como uma convocação à ação popular contra um amplo espectro de flagelos.

Não foi sempre assim. Conquanto levantes populares de um tipo ou de outro tenham ocorrido pelo mundo ao longo de milhares de anos, há três séculos aquilo que o *Harare Daily News* descreveu como "organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesse" não existia em lugar algum do planeta. Então, no último quartel do século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, as pessoas começaram a criar um novo e promissor fenômeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais. Este livro traça a história dessa forma política inventada. Trata os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda. (McADAM, TARROW e TILLY, 2001).

Social Movements, 1768-2004 mostra que essa versão específica de política contenciosa requer compreensão histórica. A história ajuda na medida em que explica porque os movimentos sociais incorporaram algumas características cruciais (por exemplo, a marcha disciplinada pelas ruas) que os distinguiram de outras formas de política. Ajuda também por identificar *mudanças* significativas no funcionamento dos movimentos sociais (por exemplo, o surgimento de funcionários profissionais bem remunerados e organizações especializadas na busca da realização dos programas dos movimentos sociais), alertando-nos assim para a possibilidade de novas mudanças no futuro. A história ajuda, finalmente, porque chama a atenção para as condições políticas cambiantes que tornam possíveis os movimentos sociais. Se os movimentos sociais começarem a desaparecer, seu desaparecimento será um indicativo de estar chegando ao fim um importante veículo de participação das pessoas na política. A ascensão e a queda dos movimentos sociais marcam a expansão e a contração das oportunidades democráticas.

Em seu desenvolvimento no Ocidente após 1750, o movimento social surgiu como uma influente e inovadora síntese de três elementos:

> Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*);
> O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de

associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*); e

Representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) por parte dos participantes: demonstrações de valor [*worthiness*], de unidade, de números e de comprometimento por parte dos participantes e/ou de seus partidários (*demonstrações de VUNC*).

Diferentemente de uma petição, uma declaração ou uma reunião de massa ocasionais, uma *campanha* estende-se para além de um evento único – muito embora movimentos sociais frequentemente incluam petições, declarações e reuniões de massa. Uma campanha articula sempre pelo menos três elementos: um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alguns alvos) de demanda, e algum tipo de público. As demandas podem ter como alvo autoridades governamentais, mas as "autoridades" podem também incluir donos de propriedades, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas. O que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos. Mesmo que alguns entusiastas se dediquem dia e noite ao movimento, o grosso dos participantes se move alternadamente entre a apresentação de demandas públicas e outras atividades, incluindo o trabalho cotidiano de organização que sustenta uma campanha.

O *repertório* do movimento social se justapõe aos repertórios de outros fenômenos políticos, tais como a atividade sindical e as campanhas eleitorais. Durante o século XX, associações com finalidades específicas e especialmente coalizões entrecruzadas começaram a realizar uma enorme variedade de funções políticas pelo mundo. Mas a integração da maior parte ou da totalidade dessas atuações em campanhas sustentadas distingue os movimentos sociais de outras variedades de atuação política.

O termo VUNC soa estranho, mas representa algo bastante familiar. Demonstrações de VUNC podem assumir a forma de declarações, *slogans* ou rótulos que implicam valor, unidade, números e comprometimento: Cidadãos Unidos pela Justiça, Signatários do Compromisso, Defensores da Constituição, e assim por diante. Além disso, as representações coletivas

expressam-se muitas vezes por meio de formas peculiares reconhecíveis pelos públicos locais, como por exemplo:
valor: comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignatários e mães com crianças;
unidade: emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas; marchas em formações organizadas; canções e cantos;
números: contagem de participantes; número de assinaturas em petições; quantidade de mensagens dos partidários; capacidade de encher as ruas;
comprometimento: enfrentamento do mau tempo; participação visível de idosos e portadores de deficiências; resistência à repressão; sacrifícios, subscrições e/ou atos de benemerência ostensivos.

As formas particulares de expressão variam enormemente de um contexto para outro, mas a comunicação geral de VUNC interconecta essas expressões.

Naturalmente, todos esses três elementos e suas subdivisões tiveram precedentes históricos. Bem antes de 1750, para tomar um exemplo óbvio, os protestantes europeus recorrentemente organizaram campanhas públicas contra as autoridades católicas em nome do direito de praticar sua fé herética. Os europeus engajaram-se em dois séculos de guerras civis e rebeliões nas quais figuraram em lugar central as divisões entre protestantes e católicos (TE BRAKE, 1998). No que diz respeito aos repertórios, versões de associações de finalidade específica, reuniões públicas, marchas e outras formas de ação política existiram isoladamente muito antes de sua combinação no interior de movimentos sociais. Logo veremos como os pioneiros dos movimentos sociais adaptaram, ampliaram e conectaram essas formas de ação[2]. Demonstrações de VUNC ocorreram por longo tempo em martírios religiosos, sacrifícios cívicos, e resistência à conquista, mas somente a sua regularização e integração com o repertório padrão distinguiu as demonstrações dos movimentos de suas predecessoras. Nenhum elemento singular, mas a *combinação* do repertório com as demonstrações de VUNC no interior das campanhas, criou a característica distintiva do movimento social.

Alguns fenômenos políticos justapostos também surgiram na época dos movimentos sociais. Como os próximos capítulos mostram em detalhe, campanhas políticas, com seus partidos e disputas eleitorais, por vezes in-

2 Nota dos editores: o autor faz referência aqui aos capítulos que se seguem a este artigo, no livro *Social movements: 1768-2004*.

teragiram extensivamente com os movimentos sociais, mas desenvolveram seus próprios conjuntos de direitos, obrigações, pessoal e práticas. Em vários momentos no século XIX, nos países capitalistas, os trabalhadores geralmente adquiriram os direitos de organizar-se, reunir-se, fazer greve e expressar-se coletivamente, algumas vezes conquistando esses direitos por meio de campanhas, atuações e demonstrações de VUNC de movimentos sociais. Grupos de interesse organizados, como industriais e profissionais de medicina, igualmente conquistaram direitos de expressar-se e agir coletivamente, mas raramente o fizeram por meio de movimentos sociais. Na maioria das vezes, os grupos que já possuíam recursos substanciais, conexões e prestígio adquiriram direitos por meio de negociações diretas com os governos.

Durante os séculos XIX e XX, a maioria dos Estados que possuíam igrejas estabelecidas concedeu às novas seitas religiosas pelo menos os direitos de reunião e expressão, quando não o de impor suas doutrinas ou práticas a seus membros. Comunidades separatistas – religiosas, políticas ou de estilo de vida – surgiram por vezes de movimentos sociais, conquanto a maioria dos regimes tenha reprimido ou contido energicamente tais comunidades. Além disso, organizações participantes de movimentos sociais se deslocaram algumas vezes para essas outras esferas políticas: conduzindo campanhas políticas, organizando sindicatos, criando grupos de interesse duradouros, transformando-se em seitas religiosas ou formando comunidades separatistas. Essas sobreposições não nos devem impedir de reconhecer que, depois de 1750, um conjunto característico de legislação e de práticas desenvolveu-se em torno de movimentos sociais como tais.

Interpretações de movimentos sociais

Em um livro intitulado *History of the French Social Movement from 1789 to the Present* (1850) [História do Movimento Social Francês de 1789 até o Presente], o sociólogo alemão Lorenz von Stein introduziu o termo "movimento social" na discussão acadêmica sobre as lutas políticas populares (VON STEIN, 1959). Inicialmente, ele transmitiu a ideia de um processo unitário, contínuo, pelo qual a classe trabalhadora em seu conjunto ganhava consciência e poder. Quando von Stein escreveu, o Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels acabara de adotar exatamente esse significado em sua declaração de que "Todos os movimentos históricos anteriores foram movimentos de minorias, ou no interesse de minorias. O movimento pro-

letário é o movimento independente, auto-consciente, da imensa maioria, no interesse da imensa maioria" (MARX e ENGELS, 1958, I, p. 44).

Não obstante, analistas políticos também falaram em movimentos sociais, no plural: em 1848, o jornal alemão *Die Gegenwart* [O Presente] declarou que "os movimentos sociais são geralmente nada mais do que uma primeira busca por um resultado histórico válido" (WIRTZ, 1981, p. 20). A maioria dos analistas de movimentos sociais no século XIX distinguiu-os por programa, organização e contexto. O próprio Engels adotou o plural em seu prefácio à edição inglesa de 1888 do *Manifesto*, observando que "Onde quer que movimentos proletários independentes continuaram a mostrar sinais de vida, eles foram implacavelmente perseguidos" (MARX e ENGELS, 1958, I, p. 26). A partir do final do século XIX, os analistas políticos não apenas regularmente pluralizaram os movimentos sociais como também os estenderam para além dos proletários organizados, para camponeses, mulheres e uma ampla variedade de outros demandantes (HEBERLE, 1951, p. 2-11).

As denominações dos episódios políticos ganham peso quando implicam avaliações amplamente reconhecidas e quando da aquisição do nome – ou do fracasso em adquiri-lo – se seguem nítidas consequências. Chamar um evento de tumulto, de uma rixa, ou de um caso de genocídio estigmatiza seus participantes. Rotular um evento como uma eleição avassaladora, uma vitória militar ou um acordo de paz geralmente confere brilho à reputação de seus organizadores. Quando qualquer deles acontece com certa amplitude, os críticos ou defensores das ações controvertidas regularmente tentam fazer com que "peguem" os rótulos que lhes atribuem: rotular como um tumulto o confronto de um inimigo com a polícia, interpretar um impasse como uma vitória militar, e assim por diante. Como sugerem nossos informes sobre o Zimbábue, a União Européia, Bangladesh e Canadá, o termo "movimento social" adquiriu nuances atraentes pelo mundo. Consequentemente, participantes, observadores e analistas que aprovam um episódio de ação coletiva popular muitas vezes o chamam, hoje em dia, de movimento social, envolva ele ou não a combinação de campanha, repertório e demonstrações de VUNC.

Além disso, nos casos de episódios cujas partes claramente cumprem com os requisitos, três tipos de confusão são comuns.

1. Frequentemente, analistas e ativistas estendem, imprecisamente, o termo "movimento social" a qualquer ação coletiva popular

relevante ou, pelo menos, àquelas que contam com sua aprovação. As feministas, por exemplo, incorporam retroativamente ao movimento feminista as mulheres heróicas de séculos anteriores a 1750, enquanto, para os ativistas ambientalistas, qualquer iniciativa popular em favor do meio ambiente, ocorrida em qualquer lugar, se torna parte do movimento ambientalista mundial.

2. Os analistas muitas vezes confundem a ação coletiva de um movimento com as organizações e redes que apóiam a ação, ou até mesmo consideram as organizações e redes como aquilo que constitui o movimento, identificando, por exemplo, o movimento ambientalista com as pessoas, as redes interpessoais e as organizações defensoras da proteção ao meio ambiente ao invés das campanhas nas quais estão engajadas.

3. Os analistas muitas vezes tratam "o movimento" como um ator unitário singular, obscurecendo com isso: a) as incessantes manobras e realinhamentos que sempre ocorrem no interior dos movimentos sociais; e b) a interação entre ativistas, componentes, alvos, autoridades, aliados, rivais, inimigos e audiências que constituem a textura cambiante dos movimentos sociais.

O inchamento do termo de modo a incluir quaisquer espécies de ação coletiva popular passada e presente, a confusão do movimento com a população, as redes, ou as organizações que o apoiam, e o tratamento dos movimentos como atores unitários não causam muito dano na discussão política casual. Na verdade, no interior dos movimentos sociais, frequentemente ajudam no recrutamento, na mobilização e no moral. Mas prejudicam grandemente qualquer esforço para definir e explicar como os movimentos sociais de fato funcionam – especialmente quando se trata de situar os movimentos sociais na história. Essa é a tarefa que agora se coloca.

Deixem-me tornar minhas próprias pretensões absolutamente claras. Ninguém é dono do termo "movimento social"; analistas, ativistas e críticos mantêm-se livres para usá-lo como quiserem. Mas uma maneira característica de fazer política começou a tomar forma nos países do Ocidente no final do século XVIII, adquiriu amplo reconhecimento na Europa Ocidental e na América do Norte no início do século XIX, consolidou-se em um conjunto

durável de elementos por volta da metade desse mesmo século, alterou-se mais vagarosa e incrementalmente depois desse ponto, difundiu-se amplamente pelo mundo ocidental, e veio a ser chamada de movimento social. Esse complexo político combinou três elementos: 1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse complexo historicamente específico denomino movimento social. Este livro traça a história desse complexo.

A despeito de incessante inovação e variação em pequena escala de um contexto político para outro, os elementos do movimento social desenvolveram-se e difundiram-se conectados como um todo. Nesse sentido, o movimento social tem uma história. A história do movimento social o distingue da história de outras formas políticas, como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investiduras de autoridades públicas e luto coletivo. Assim, quando este livro se refere a movimentos sociais, não está se referindo a qualquer ação popular, a quaisquer ações alguma vez empreendidas em favor de uma causa, a todas as pessoas e organizações que apoiam as mesmas causas ou a atores heróicos com posição destacada na história. Refere-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas. Refere-se à combinação característica de campanha, repertório e demonstrações de VUNC.

Segundo esses padrões rigorosos, poderiam ser considerados movimentos sociais as manifestações no Zimbábue, na Europa, em Bangladesh e no Canadá, com as quais iniciamos este texto? Na maior parte, sim. Em 2002 e 2003, a oposição no Zimbábue utilizava-se dos procedimentos característicos do processo reivindicatório dos movimentos sociais, tais como as demonstrações, reuniões públicas, e comunicados à imprensa, em face de um regime que tratava quaisquer dessas atitudes e reivindicações como subversivas. A campanha pela reidratação em Bangladesh ficou numa posição mais ambígua, na fronteira entre as medidas governamentais rotineiras de saúde pública e a mobilização popular por meio de associações, marchas e concentrações. Confrontados com uma União Européia cada vez mais poderosa e com a internacionalização do capital, os trabalhadores europeus realizavam difíceis experiências no sentido de estender para uma escala internacional as rotinas

que lhes eram familiares no movimento social nacional; como organizadores europeus, envolveram-se vigorosamente na coordenação de campanhas mundiais a respeito da dívida do Terceiro Mundo, da AIDS e de centenas de outras questões. Por volta da passagem para o século XXI, os ativistas canadenses – inclusive ponderados partidários do Novo Partido Democrático [*New Democratic Party*] –, voltando-se para o passado, podiam contemplar quase duzentos anos de atividade associativa, de protestos e reuniões, e de realização de demandas por meio de demonstrações de VUNC. Em importantes partes do mundo, o movimento social tornou-se um veículo familiar e confiável para a política popular (BUECHLER, 2000; EDELMAN, 2001; IBARRA e TEJERINA, 1998; MAMDANI e WAMBA-DIA-WAMBA, 1996; RAY e KORTEWEG, 1999; TARROW, 1998; WIGNARAJA, 1993).

Em parte devido à inquestionável prevalência contemporânea do movimento social, estudiosos de movimentos sociais específicos mostraram pouco interesse em situá-los no âmbito da história mais ampla dos movimentos sociais como forma de política. De forma geral, os analistas dos movimentos sociais os tratam mais propriamente como expressões de atitudes e interesses correntes ou de condições sociais do que como elementos de histórias de mais longa duração. É verdade que os estudiosos de movimentos do século XIX, tais como os movimentos contra a escravidão, pela abstinência de bebidas alcoólicas, ou a favor da extensão do sufrágio tiveram que situá-los em seus contextos históricos e acompanhar seus desenvolvimentos históricos (ver, por exemplo, D'ANJOU, 1996; BUECHLER, 1990; DRESCHER, 1986, 1994; ELTIS, 1993; GUSFIELD, 1996; McCAMMON e CAMPBELL, 2000; YOUNG, 2002). Muitas vezes, histórias de um estilo mais peculiar sobre movimentos trabalhistas regionais, nacionais ou internacionais recuam até bem antes dos gloriosos dias do século XIX em busca de precedentes, e frequentemente se estendem para uma maior variedade de movimentos sociais do que aqueles especificamente focados no bem-estar dos trabalhadores (ver BOGOLYUBOV, R'IZHKOVA, POPOV e DUBINSKII, 1962; DOLLÉANS e CROZIER, 1950; KUCZYNSKI, 1967a; KUCZYNSKI 1967b; ZALESKI, 1956).

Do mesmo modo, amplos levantamentos sobre protestos, violência e conflito político regularmente ultrapassam a zona de atividade do movimento social (ver ACKERMAN e DU VALL, 2000; BOTZ, 1976; BOTZ 1987; BROWN, 1975; GILJE, 1987; GILJE, 1996; GRIMSTED, 1998; LINDENBERGER, 1995; McKIVIGAN e HARROLD, 1999; MIKKELSEN, 1986; TILLY, TILLY e

TILLY, 1975; TILLY, 1980; WALTON e SEDDON, 1994; WILLIAMS, 2003). Nas proximidades, os reflexos nos espelhos de uma abundante literatura histórica sobre policiamento, vigilância e repressão frequentemente captam os movimentos sociais sob ângulos inusitados (ver BALBUS, 1973; BROEKER, 1970; BRUNETEAUX, 1993; EARL, SOULE e McCARTHY, 2003; EMSLEY, 1983; EMSLEY e WEINBERGER, 1991; FILLIEULE, 1997b; GOLDSTEIN, 1983; GOLDSTEIN, 2000; GOLDSTEIN, 2001; GURR, 2000; HUGGINS, 1985; HUGGINS, 1998; HUSUNG, 1983; JESSEN, 1994; LIANG, 1992; LÜDTKE, 1989; LÜDTKE, 1992; MONJARDET, 1996; MUNGER, 1979; MUNGER, 1981; PALMER, 1988; STORCH, 1976; WILSON, 1969).

Algumas performances específicas de movimentos sociais – notadamente as marchas e demonstrações francesas e irlandesas – atraíram histórias de primeira linha (BLACKSTOCK, 2000; FARRELL, 2000; FAVRE, 1990; FILLIEULE, 1997a; JARMAN, 1997; MIRALA, 2000; PIGENET e TARTAKOWSKY, 2003; ROBERT, 1996; TARTAKOWSKY, 1997; TARTAKOWSKY, 1999). Histórias sociais e políticas mais amplas, além disso, comumente atentam para movimentos sociais na medida em que investigam as tendências históricas gerais (por exemplo, ANDERSON e ANDERSON, 1967; CRONIN e SCHNEER, 1982; GONZÁLES CALLEJA, 1998, 1999; HOBSBAWM, 1975; HOBSBAWM, 1988; HOBSBAWM, 1994; MONTGOMERY, 1993). Todos esses tipos de estudos históricos serão de utilidade para nós nos próximos capítulos. Mesmo tomados em conjunto, entretanto, eles não proporcionam uma história coerente do movimento social como um fenômeno político paralelo, digamos, às histórias das eleições legislativas, dos partidos políticos, das revoluções ou dos golpes de Estado.

Para países e períodos particulares, existem efetivamente alguns levantamentos históricos gerais sobre os movimentos sociais enquanto tais (ver, por exemplo, ASH, 1972; BRIGHT e HARDING, 1984; BURKE, 1988; CASTELLS, 1983; CLARK, 1959; CLARK, GRAYSON e GRAYSON, 1975; DUYVENDAK, VAN DER HEIJDEN, KOOPMANS e WIJMANS, 1992; FREDRICKSON, 1997; GAMSON, 1990; KAPLAN, 1992; KLAUSEN e MIKKELSEN, 1988; KRIESI, KOOPMANS, DUYVENDAK e GIUGNI, 1995; LUNDQVIST, 1977; NICOLAS, 1985; TARROW, 1996; WIRTZ, 1981). Em uma das mais agudas assertivas sobre o assunto, John Markoff coloca habilmente o problema explanatório:

> Os movimentos sociais, tais como os conhecemos hoje, estavam começando a florescer na Inglaterra por volta do final do século XVIII e, durante o século XIX, fincaram raízes na Europa, na América do Norte e em outras partes. Para entender o porquê, precisamos considerar muitas mudanças interligadas: um governo fortalecido, mas um rei enfraquecido; um povo se organizando para afirmar suas reivindicações perante esse governo; uma elite política propensa a demandar que ele governe em nome do povo; melhorias no transporte e relações comerciais interligando povos distantes; inícios de uma alfabetização disseminada e de novos meios de comunicação, levando a que pessoas espacialmente separadas sintam que estão movimentando-se no mesmo ritmo (MARKOFF, 1996b, p. 45).

Geralmente, entretanto, tais levantamentos subordinam a história a alguma outra linha de análise, como a demonstração feita por S. D. Clark quanto à divergência nas trajetórias dos movimentos do Canadá e dos Estados Unidos após os anos 1830, e a pesquisa de William Gamson para verificar se as oportunidades políticas americanas teriam ficado mais estreitas durante o século XX. O próprio Markoff subordina sua análise da formação e transformação dos movimentos sociais à expansão da democracia. Valho-me repetidamente desses levantamentos, assim como de estudos históricos de movimentos específicos. Dou especial atenção a cronologias e catálogos como os de Gamson, porque proporcionam material para comparação e comprovação sistemática da mudança (TILLY, 2002b). Não obstante, a análise histórica que se segue exigiu muitas interpolações, sínteses e empréstimos de minha própria pesquisa histórica.

A história do movimento social coloca uma aguda versão de um problema característico da análise política. Os movimentos sociais têm, inquestionavelmente, uma história específica e interrelacionada. Este livro está interessado nessa história. Essa busca traz à tona duas tentações fortes e bastante opostas. De um lado, ela acena com a sedutora tentação de tratar o movimento social como um fenômeno *sui generis* e de procurar encontrar leis gerais de seu funcionamento. Tentações similares afetam estudiosos de revoluções, ondas de greves e campanhas eleitorais. Nos assuntos humanos, todavia, fracassou completamente a busca por grandes leis comparáveis às da mecânica newtoniana. É concebível que algumas dessas leis possam existir (na forma, digamos, de universais evolucionários e/ou genéticos), mas elas certamente não operam nos níveis de estruturas ou processos particulares, tais como

igrejas, corporações, revoluções ou movimentos sociais. No presente estado do conhecimento, quem quiser explicar estruturas e processos políticos se sairá muito melhor esclarecendo os mecanismos causais mais limitados que produzem mudança e variação, bem como as características relevantes dessas estruturas e processos. O esforço depende necessariamente de afastar-se das "leis" dos movimentos sociais em direção a analogias e conexões causais entre aspectos distintivos dos movimentos sociais e de outras variedades de política (GOLDSTONE, 2003; TILLY, 2001a; TILLY, 2001b). As explicações dos movimentos sociais e sua história precisam estar entrelaçadas com explicações de outros tipos de política contenciosa.

Esse esforço, entretanto, traz à consideração a tentação oposta: tendo observado regularidades de menor escala nos movimentos sociais, podem-se ver movimentos sociais por toda parte. Considerados separadamente, campanhas, *performances* como reuniões públicas ou petições, e demonstrações de VUNC como o uso de distintivos e os sacrifícios ostentosos ocorrem frequentemente fora dos movimentos sociais: em igrejas, escolas, corporações, comunidades intelectuais e outros lugares (BINDER, 2002; DAVIS, McADAM, SCOTT e ZALD, 2005; DAVIS e THOMPSON, 1994). Algumas vezes, por analogia, eles até atraem o rótulo de "movimento". Considere o chamado movimento de milícias nos Estados Unidos da década de 1990. Por todo o país, centenas de vagamente conectados pequenos grupos usavam vestimentas militares, promoviam jogos de guerra, distribuíam textos apocalípticos, declaravam sua independência da jurisdição dos EUA, inclusive quanto à obrigação de pagar impostos e se preparavam para o Armagedon, que seus líderes previam para o ano 2000. O *Southern Poverty Law Center*, que exerce vigilância sobre esses grupos, contava 858 milícias pelo país no seu momento de pico, em 1996, um número que, por volta de 2003, havia encolhido para 143 (*Economist*, 2003a, p. 22).

Se tais grupos assumissem a combinação plena de campanhas, performances de movimentos sociais e demonstrações de VUNC, deveriam então ser considerados parte do campo dos movimentos sociais propriamente ditos. Se, por outro lado, alguns deles, organizados como Partido de Milícia, começassem a apresentar candidatos em eleições municipais ou estaduais e começassem a comprar horários nas estações de televisão locais, eles teriam optado por uma outra forma disponível de política: a campanha eleitoral. Na ausência dessas improváveis mudanças de estratégia, ao invés de declarar

que as atividades de milícias "são realmente" movimentos sociais, o trabalho de explicação avança mais efetivamente se elas forem reconhecidas como constituindo outra forma de política contenciosa. Esse reconhecimento nos permite estudar suas similaridades com os movimentos sociais, mas também ver que problemas explicativos distintos eles colocam.

De tempos em tempos, os respeitáveis mundos da ciência e da medicina igualmente geram analogias a movimentos sociais, mas em sua maioria sem formar movimentos sociais propriamente consistentes. Consideremos um exemplo: o das disputas recentes sobre água na bacia do rio Klamath, nas proximidades da fronteira entre a Califórnia e o Oregon. A cabeceira do Klamath, incluindo o *Upper Klamath*, um lago cercado por desertos, fornece irrigação para muitos agricultores nas terras secas do planalto, mas também diminui o fluxo de água para a região de planície onde o salmão se reproduz e onde as tribos Klamath insistem em seu direito à pesca, estabelecido por um acordo com os Estados Unidos em 1864. Um relatório de 2002, da Academia Nacional de Ciências, concluiu não haver "nenhuma base científica sólida" que justificasse acabar com os fluxos de irrigação em proveito de enviar mais água para os viveiros de peixes rio abaixo. A declaração dos cientistas não satisfez nenhuma das partes; até mesmo os biólogos se alinharam com um ou outro dos grupos de usuários da água. Segundo observou o repórter do periódico *Science*, de Klamath Falls, Oregon,

> A conclusão do relatório provocou, nessa comunidade de pequenos agricultores, o clamor de que os órgãos federais estão defendendo "ciência de má qualidade" e estimulou apelos pela reforma ou desconsideração da Lei sobre as Espécies Ameaçadas [*Endangered Species Act* – ESA]. Mas, ao longo do ano passado, ela também provocou outro protesto, menos estridente, entre os biólogos ligados à pesca. Eles sustentam que as análises do relatório foram simplistas, suas conclusões exageradas e – pior do que tudo, talvez – que o relatório corrói a credibilidade de grande parte da ciência que está sendo desenvolvida na região, quando não estimula um sentimento inteiramente contrário à ciência (SERVICE, 2003, p. 36).

Grupos em lados opostos estão claramente conduzindo campanhas e, ocasionalmente, se valendo de atividades como as entrevistas à imprensa com vistas a dar publicidade a suas reivindicações. Se os agricultores, os biólogos ou os membros das tribos Klamath começassem a combinar

campanhas públicas, *performances* características de movimentos sociais e demonstrações de VUNC em demandas perante as autoridades federais ou a Academia Nacional de Ciências, eles transporiam suas lutas para o terreno dos movimentos sociais propriamente ditos. Poderiam também assumir a política das campanhas eleitorais – ou, com vistas a isso, mover-se no sentido da constituição regular de grupos de interesse por meio do estabelecimento de lobistas, de escritórios de representação em Washington e da criação de boletins informativos para divulgação de suas causas. Enquanto isso, entretanto, entenderemos melhor suas ações se reconhecermos analogias e diferenças sem tratar simplesmente a controvérsia da bacia do Klamath como mais uma variedade de movimento social. O mesmo se aplica a lutas análogas no interior de corporações, igrejas, escolas, disciplinas intelectuais, no mundo das artes e nos grupos de vizinhança (DAVIS, McADAM, SCOTT e ZALD, 2005). Exatamente no mesmo sentido, o projeto histórico de rastrear a política característica do movimento social faz parte de um programa mais amplo de explicação do confronto político como um todo.

Em direção às explicações históricas

Este projeto tem, portanto, quatro aspectos interdependentes. Em primeiro lugar, precisamos rastrear as origens e transformações dos elementos principais do movimento social: campanhas, repertórios e demonstrações de VUNC. Como, por exemplo, o hoje familiar protesto de rua tomou forma e até mesmo adquiriu um incômodo *status* legal na maioria dos países democráticos? Em segundo lugar, precisamos desvendar os processos sociais que encorajam ou inibem a proliferação dos movimentos sociais. Dada a significativa, embora ainda incompleta, correspondência entre democratização e movimentos sociais, por exemplo, que conexões causais explicam essa correspondência? Em terceiro lugar, precisamos examinar como os elementos dos movimentos sociais interagiram com outras formas de fazer política. Até que ponto e como, por exemplo, as greves industriais, as campanhas eleitorais e os movimentos sociais se intersectam e influenciam mutuamente? Finalmente, precisamos mostrar o que causa aspectos importantes de mudança e variação nos movimentos sociais. O surgimento de agentes políticos profissionais, por exemplo, ajuda a explicar a formação de um setor especializado e conectado das organizações de movimentos sociais nas principais democracias capitalistas (IBARRA, 2003; MEYER e

TARROW, 1998)? A análise histórica rigorosa auxilia na resposta a todos esses quatro tipos de questões.

Em consonância com essa linha de investigação, eis os principais argumentos deste livro:

De suas origens no século XVIII em diante, os movimentos sociais prosseguiram não apenas como performances isoladas, mas como campanhas interativas. Assim como as campanhas eleitorais, as rebeliões populares e as mobilizações religiosas, consistem em interações entre grupos reivindicantes temporariamente conectados (e cambiantes) e os objetos de suas demandas, com terceiros tais como representantes, aliados, reivindicadores rivais, inimigos, autoridades, e vários públicos que muitas vezes exercem papéis significativos no desenrolar da campanha. Nunca poderemos explicar a variação e mudança nos movimentos sociais se não dedicarmos cuidadosa atenção aos outros atores políticos, além dos reivindicantes centrais, como, por exemplo, a polícia, com a qual os demonstrantes tenham lutado, colaborado e desenvolvido suas estratégias.

Os movimentos sociais combinam três tipos de reivindicação: programa, identidade e posição. As reivindicações de programa envolvem o apoio expresso ou a oposição a ações presentes ou propostas pelos objetos das reivindicações do movimento. As reivindicações de identidade consistem em declarações de que "nós" – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada. Demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) constituem um apoio para as reivindicações de identidade. Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos, ou leais defensores do regime. Algumas vezes, elas dizem respeito à posição de *outros* atores políticos, como, por exemplo, nos reclamos para a expulsão de imigrantes ou para negar seu direito à cidadania. Reivindicações de programa, identidade e posição conformam-se a códigos parcialmente separados, construídos a partir da história política particular de um regime; zimbabuanos e canadenses não sinalizam – e não podem sinalizar – exatamente da mesma maneira o valor [*worthiness*] coletivo.

A proeminência relativa das reivindicações de programa, identidade e posição variam significativamente entre movimentos sociais, entre reivindicantes dentro do movimento, e entre fases de movimentos. Uma grande parte da

negociação no interior dos movimentos sociais centra-se, de fato, na ênfase relativa atribuída às diferentes demandas: apresentamo-nos, por exemplo, como uma aliança durável de pessoas privadas de direitos que estamos nos alinhando contra esse programa governamental (mas que pode, amanhã, alinhar-se em apoio a outro), ou como um grupo heterogêneo que faz parte da população em geral, cuja conexão consiste no dano que todos nós sofreremos com esse programa específico e que, portanto, pode não vir jamais se unir novamente como reivindicante?

A democratização promove a formação de movimentos sociais. Entendamos por democratização o desenvolvimento de regimes caracterizados por uma cidadania relativamente ampla e igualitária, vinculando consulta aos cidadãos com respeito à política, ao pessoal e aos recursos governamentais, e pelo menos alguma proteção aos cidadãos contra ações arbitrárias dos agentes governamentais (TILLY, 2004). A democratização efetivamente limita a extensão das ações coletivas populares factíveis e efetivas. Por exemplo, as instituições democráticas geralmente inibem as rebeliões populares violentas (TILLY, 2003, cap. 3). Mas o empoderamento [*empowerment*] dos cidadãos, por meio de eleições competitivas e outras formas de consulta, se vincula à proteção das liberdades civis, tais como a de associação e reunião, para canalizar as demandas populares em formas de movimento social.

Os movimentos sociais afirmam a soberania popular. Embora os movimentos singulares discordem ardentemente entre si a respeito de quem pode ser considerado como "o povo", o aparato conjunto de campanha, repertório e demonstrações de VUNC corporifica a alegação mais geral de que os assuntos públicos dependem, e devem depender, do consentimento dos governados. A alegação não é necessariamente democrática, visto que algumas vezes os movimentos étnicos, religiosos e nacionalistas investem seus poderes em líderes carismáticos ao invés de fazê-lo na deliberação democrática, conquanto ainda insistam em que tais líderes corporificam a vontade do povo como um todo. Esses movimentos, além disso, frequentemente rejeitam categorias inteiras da população local como não merecedoras de pertencer ao "povo". Mas a ênfase no consentimento popular se opõe, de maneira fundamental, ao direito divino dos reis, à herança tradicional do poder de governar, ao controle dos senhores da guerra e à predominância aristocrática. Até mesmo nos sistemas de governo representativo, os movimentos sociais colocam uma questão

crucial: a soberania e sua sabedoria acumulada residem no legislativo ou no povo que ele alega representar?

Comparados com as formas de política popular de base local, os movimentos sociais dependem fortemente de empreendedores políticos para sua escala, durabilidade e efetividade. As rotinas locais de retaliação, rebelião e resistência que prevaleceram pela maior parte do mundo antes da era dos movimentos sociais valeram-se amplamente do conhecimento local disponível e das redes interpessoais existentes. Em contraste, a combinação produzida pelos movimentos sociais, entre campanhas, demonstrações de VUNC e atuações coordenadas, resulta sempre, pelo menos em parte, de planejamento prévio, construção de coalizões e mitigação das diferenças locais. Como logo veremos, talentosos empreendedores figuraram em campanhas, *performances* dos movimentos sociais e demonstrações de VUNC desde o próprio nascimento dos movimentos sociais. Durante os séculos XX e XXI, contudo, organizadores políticos profissionais, intermediários e organizações não-governamentais parcialmente autônomas assumiram papéis crescentemente proeminentes na promoção dos movimentos sociais – para desalento dos críticos populistas. Ironicamente, por causa disso, boa parte do trabalho dos movimentos sociais, durante esses séculos, desenvolveu-se no sentido de disfarçar esse esforço empreendedor em favor de imagens que retratavam o surgimento espontâneo de VUNC.

Uma vez que os movimentos sociais tenham se estabelecido em um determinado cenário político, a modelagem, a comunicação e a colaboração facilitam sua adoção em outros cenários conexos. No interior de um mesmo regime, ocorrem muitas vezes transferências dos focos iniciais dos movimentos sociais – mais frequentemente demandas dirigidas aos governos nacionais – para outros objetos de demanda ou de apoio, tais como líderes locais, latifundiários, capitalistas ou figuras religiosas. As estratégias de movimentos sociais também se transferem *entre* regimes, na medida em que organizadores, exilados e membros de grupos religiosos internacionais colaboram através das fronteiras nacionais e que governantes de regimes autoritários (especialmente os que alegam governar em nome de um povo unido e coerente) se encontram sob pressão de outros países para fazer concessões a seus críticos. Colônias de países que já estabeleceram movimentos sociais proporcionam ambientes convidativos para a introdução da atividade dos movimentos sociais.

As formas, o pessoal e as demandas dos movimentos sociais variam e evoluem historicamente. Três fontes distinguíveis, mas interagentes, de mudança e

variação nos movimentos sociais produzem variação no tempo e no espaço. Em primeiro lugar, ambientes políticos globais (incluindo democratização e des-democratização) alteram-se de forma parcialmente independente dos movimentos sociais e afetam seu caráter. Em segundo lugar, nas interações que ocorrem no curso dos movimentos sociais (por exemplo, interações entre os manifestantes e a polícia), a mudança ocorre incrementalmente como consequência de constante inovação, negociação e conflito. Em terceiro lugar, os participantes nos movimentos sociais – aí incluídos não apenas ativistas, mas também autoridades e outros objetos de demandas – comunicam-se entre si, tomando emprestadas e adaptando uns dos outros ideias, pessoal, assistências, retórica e modelos de ação. Também procedem a empréstimos, inovam e adaptam na medida em que competem entre si por vantagens ou apoiadores. Algumas vezes, o empréstimo e a adaptação ocorrem a grandes distâncias e entre movimentos sociais bastante díspares (CHABOT, 2000; CHABOT e DUYVENDAK, 2002; SCALMER, 2202b). Mudanças nos ambientes políticos, mudanças incrementais no interior da esfera do movimento social e transferências entre movimentos interagem para produzir mudanças e variações substanciais no caráter dos movimentos sociais.

Tratando-se de uma instituição inventada, o movimento social poderia desaparecer ou sofrer uma mutação para alguma forma de política totalmente diferente. Da mesma maneira que desapareceram completamente muitas formas de justiça e rebelião popular que prevaleceram no passado, não temos nenhuma garantia de que o movimento social, tal como prevaleceu por dois séculos, continuará para sempre. Assim como o movimento social se difundiu com o desenvolvimento de estados centralizados relativamente democráticos, a descentralização governamental, a extensiva privatização das atividades governamentais, o eclipse do Estado pelas potências transnacionais ou a extensiva des-democratização poderiam, todas elas, eliminar da cena política os movimentos sociais tais como os conhecemos hoje. De fato, com a ocorrência do conjunto de mudanças que as pessoas chamam vagamente de "globalização", os cidadãos que contam com os movimentos sociais para se fazerem ouvidos precisam se preocupar seriamente com o futuro.

Referências bibliográficas

Ackerman, Peter & Du Vall, Jack. 2000. *A force more powerful*: a century of nonviolent conflict. New York: Palgrave.

Anderson, Eugene N. & Anderson, Pauline R. 1967. *Political institutions*

and social change in continental Europe in the nineteenth century. Berkely: University of California Press.

Ash, Roberta. 1972. *Social movements in America.* Chicago: Markham.

Balbus, Isaac. 1973. *The dialectics of legal repression*: black Americans before the American criminal courts. New York: Russell Sage Foundation.

Binder, Amy J. 2002. *Contentious curricula*: afrocentrism and creationism in American public schools. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Blackstock, Allan. 2000. "The invincible mass': loyal crowds in mid-Ulster, 1795-96". In: Jupp, Peter & Magennis, Eoin (eds.). *Crowds in Ireland c. 1720-1920*. London: Macmillan.

Bogolyubov, N. D.; R'izhkova, V.P.; Popov, B.C. & Dubinskii, A.M. (eds.). 1962. *Istoria myezhdunarodnovo rabochevo I natsional'no-osvoboditel'novo dvizheniya*. 2 vols. Moscow: V'ishaya Partiinaya Shkola.

Bright, Charles & Harding, Susan (eds.). 1984. *Statemaking and social movements.* Ann Arbor: University of Michigan Press.

Broeker, Galen. 1970. *Rural disorder and police reform in Ireland, 1812-36.* London: Routledge & Kegan Paul.

Brown, Richard Maxwell. 1975. *Strain of violence*: historical studies of American violence and vigilitantism. New York: Oxford University Press.

Bruneteaux, Patrick. 1993. "Le désordre de la répression en France 1871-1921: dês conscrits aux gendarmes móbiles". *Genèses*, Paris, n. 12, p. 30-46.

Buechler, Steven M. 2000. *Social movements in advanced capitalism*: the political economy and cultural construction of social activism. New York: Oxford University Press.

Burke, Edmund III. (ed.). 1988. *Global crises and social movements*: artisans, peasants, populists, and the world economy. Boulder, Colo.: Westview.

Castells, Manuel. 1983. *The city and the grassroots*: a cross-cultural theory of urban social movements. Berkeley: University of California Press.

Chabot, Sean. 2000. "Transnational diffusion and the African-American reinvention of the Gandhian repertoire". *Mobilization*, Notre Dame, n. 5, p. 201-216.

Chabot, Sean & Duyvendak, Jan Willem. 2002. "Globalization and transnational diffusion between social movements: reconceptualizing and dissemination of the Gandhian repertoire and the 'coming out' routine". *Theory and Society*, California, n. 31, p. 697-740.

Clark, Samuel D. 1959. *Movements of social protest in Canada, 1640-1840.* Toronto: University of Toronto Press.

_____; Grayson, J. Paul & Grayson, Linda M. (eds.). 1975. *Prophecy and protest*: social movements in twentieth-century Canada. Toronto: Gage.

Cronin, James E. & Schnner, Jonathan (eds.). 1982. *Social conflict and the political order in modern Britain.* London: Croom Helm.

D'anjou, Leo. 1996. *Social movements and cultural change*: the first abolition campaign revisited. New York: Aldine de Gruyter.

Davis, Gerald F.; Mcadam, Doug; Scott, W. Richard & ZALD, Mayer (eds.). 2005. *Social movements and organizational theory.* Cambridge: Cambridge University Press.

Davis, Gerald F. & Thompson, Tracy A. 1994. "A social movement perspective on corporate control". *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, n. 39, p. 141-173.

Dobbin, Murray. 1999. "Building a social movement in Canada". *Canadian Dimension*, n. 33, online version, p. 6-8.

Dolléans, Édouard & Crozier, Michel. 1950. *Mouvements ouvrier et socialiste*: chronologie et bibliographie: Angleterre, France, Allemagne. États-Unis (1750-1918). Paris: Éditions Ouvrières.

Drescher, Seymour. 1986. *Capitalism and antislavery*: British mobilization in comparative perspective. London: Macmilliam.

_____. 1994. "Whose abolition? Popular pressure and the ending of British salve trade". *Past and Present*, Oxford, U.K., n. 143, p. 136-166.

Duyvendak, Jan Willem; Van Der Heijden, Hein-Anton; Koopmans, Ruud & Wijmans, Luuk (eds.). 1992. *Tussen verbeeling en Macht*: 25 jaar nieuwe social bewegingen in Nederland. Amsterdam: Sua.

Earl, Jennifer; Soule Sarah A. & Mccarthy, John D. 2003. "Protest under fire? Explaining the policing of protest". *American Sociological Review*, Washington, n. 68, p. 581-606.

Economist. 2003a. "The perils of recycling: excise hate from one palce, and it pops up in another". 30 de agosto, p. 22.

_____. 2003b. "Shut up, unless you fawn". 20 de setembro, p. 46.

Edelman, Marc. 2001. "Social movements: changing paradigms and forms of politics". *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, CA, n. 30, p. 285-317.

Eltis, David. 1993. "Europeans and the rise and fall of African slavery in the Americas: an interpretation". *American Historical Review*, Chicago, n. 98, p. 1399-1423.

Emsley, Clive. 1983. *Policing and its context, 1750-1870*. London: Macmillan.

_____ & WEINBERGER, Barbara. (eds.). 1991. *Policing in Western Europe*: politics, professionalism and public order, 1850-1940. New York: Greenwood.

Farrell, Sean. 2000. *Rituals and riots*: sectarian violence and political culture in Ulster, 1784-1886. Lexington: University Press of Kentucky.

Favre, Pierre (ed.). 1990. *La manifestation*. Paris: Presses de La Foundation Nationale des Sciences Politiques.

Fillieule, Olivier. 1997a. *Stratégies de la rue*: lês manifestations en France. Paris: Presses de La Foundation Nationale des Sciences Politiques.

_____. 1997b. "Maintien de l'ordre". Special issue of Cahiers de La Sécurité Intérieure.

Fredrickson, George M. 1997. *The comparative imagination*: on the history of racism, nationalism and social movements. Berkeley: University of California Press.

Gamson, William A. 1990. *The strategy of social protest*. 2 ed. Belmont, California: Wadsworth.

Gilje, Paul A. 1987. *The road of Mobocracy*: popular disorder in New York City, 1763-1834. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

_____. 1996. *Rioting in America*. Bloomington: Indiana University Press.

Goldstein, Robert J. 1983. *Political repression in nineteenth-century Europe*. London: Croom Helm.

_____. (ed.). 2000. *The War for the public mind*: political censorship in nineteenth-century Europe. Westport, Coon.: Praeger.

_____. 2001. *Political repression in modern America from 1870 to 1976*. Urbana: University of Illinois Press.

Goldstone, Jack A. 2003. "Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized Politics". In: Goldstone Jack A. (ed.). *States, parties and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

González Calleja, Eduardo. 1998. *La razón de la fuerza: orden público, subversion y violência política em la España de la restauración (1875-1917)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

_____. 1999. *El Máusery y el sufrágio*: orden público, subversión y violên-

cia política en la crisis de la Restauración. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Grimsted, David. 1998. *American Mobbing, 1828-1861*: Toward Civil War. New York: Oxford University Press.

Gurr, Ted Robert. 2000. *Peoples versus states*: minorities at risk in the new century. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.

Gusfield, Joseph R. 1966. *Symbolic crusade*: status politics and the American temperance movement. Urbana: University of Illinois Press.

Harare Daily News. 2002. "Civil society needs to build a social movement" (editorial). Versão online, acesso em 23 de jun. 2003.

Heberle, Rudolf. 1951. *Social movements*: an introduction to political sociology. New York: Appleton-Century-Crofts.

Hobsbawm, Eric J. 1975. *The age of capital, 1848-1875.* London: Weidenfeld & Nicolson.

_____. 1988. *The age of imperialism.* New York: Pantheon.

_____. 1994. *The Age of extremes*: a history of the world 1914-1991. New York: Pantheon.

Huggins, Martha K. 1985. *From slavery to vagrancy in Brazil.* New Brunswick: Rutgers University Press.

_____. 1998. *Policing*: the United States and Latin America. Durham, N.C.: Duke University Press.

Ibarra, Pedro (ed.). 2003. *Social movements and democracy*. New York: Palgrave Macmillan.

_____ & Tejerina, Benjamín (eds.). 1998. *Los movimientos sociales*: transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta.

Internacional Viewpoint. 1997. "Building a European social movement". 6 de nov., versão online, acesso em 23 de jun. 2003.

Neil, Jarman. 1997. *Material conflicts*: parades and visual displays in Northern Ireland. Oxford: Berg.

Jessen, Ralph. 1994. "Polizei, Wohlfart und die Anfänge des modernen Sozialstaats in Preussen während des Kaiserreichs". *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen, n. 20, p. 157-180.

Kaplan, Temma. 1992. *Red city, blue period*: social movements in Picasso's Barcelona. Berkeley: University Press.

Klausen, Kurt Klaudi & Mikkelsen, Flemming. 1988. *Konflikter, kollektive aktioner og protestbevaegelser i Danmark.* Copenhagen: Samfunds Fagsnyt.

Kriesi, Hanspeter; Koopmans, Ruud; Duyvendak, Jam-Willem & Giugni, Marco. 1995. *New Social Movements in Western Europe*: a comparative analysis. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Kuczynski, Jürgen. 1967a. *Darstellung der Lage der Arbeiter in Frankreich von 1789 bis 1848.* Berlin: Akademie Verlag.

_____. 1967b. *Darstellung der Lage der Arbeiter in Frankreich seit 1848.* Berlin: Akademie Verlag.

Liang, His-Huey. 1992. *The rise of modern police and the European state system from Metternich to the Second World War.* Cambridge: Cambridge University Press.

Lindenberger, Thomas. 1995. *Strassenpolitik*: Zur Sozialgeschichte der öffentlichen Ordnung in Berlin 1900 bis 1914. Bonn: Dietz.

Lüdtke, Alf. 1989. *Police and state in Prussia, 1815-1850.* Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1992. *"Sicherheit" und "Wohlfahrt"*: Polizei, Gesellschaft und Herrschaft im 19. Und 20. Jahrhundert. Frankfurt: Suhrkamp.

Lundqvist, Sven. 1977. *Folkrörelserna i det svenska samhället, 1850-1920.* Stockholm: Almqvist & Wiksell.

Mandani, Mahmood & Wamba-Dia-Wamba, Ernest (eds.). 1995. *African studies in social movements and democracy.* Dakar: CODESRIA.

Markoff, John. 1996. *Waves of democracy*: social movements and political change. Thousand Oaks, Calif.: Pine Grove Press.

Marx, Karl & Engels, Frederick. 1958. *Selected works.* 2 vols. Moscow: Foreign Languages Publishing House.

Mcadam, Doug; Tarrow, Sidney & Tilly, Charles. 2001. *Dynamics of contention.* Cambridge: Cambridge University Press.

Mccammon, Holly J. & Campbell, Karen E. 2002. "Allies on the road to victory: coalition formation between the suffragists and the women's Christian Temperance Union". *Mobilization*, Notre Dame, n. 7, p. 231-252.

Mckivigan, John R. & Harrold, Stanley (eds.). 1999. *Antislavery violence*: sectional, racial and cultural conflict in Antebellum America. Knoxville: University of Tennessee Press.

Meyer, David S. & Tarrow, Sidney (eds.). 1998. *The social movement society*: contentious politics for a new century. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield.

Mikkelsen, Flemming (ed.). 1986. *Protest og Opror.* Aarhus: Modtryk.

Mirala, Petri. 2000. "'A large mob, calling themselves freemasons': masonic parades in Ulster". In: Jupp, Peter & Magennis, Eoin (eds.). *Crowds in Ireland, c. 1720-1920.* London: Macmillan.

Monjardet, Dominique. 1996. *Ce que fait la police*: sociologie de la force publique. Paris: La Découverte.

Montgomery, David. 1993. *Citizen Worke*: the experience of workers in the United States with democracy and the free market during the nineteenth century. Cambridge: Cambridge University Press.

Munger, Frank. 1979. "Measuring repression of popular protest by English justices of the peace in the Industrial revolution". *Historical Methods*, n. 12, p. 76-83.

_____. 1981. "Supression of popular gatherings in England, 1800-1830". *American Journal of Legal History*, Philadelphia, PA, n. 25, p. 111-140.

Mustafa, Sabir. 2002. "Diarrhoea control becomes a social movement in Bangladesh". Disponível em www.rehydrate.org/darrhoea/control_in_bangladesh.htm. [Acesso em 23 de jun. 2003].

Nicolas, Jean. 1985. ed, *Mouvements populaires et conscience sociale*, *XVIe-XIXe siècles.* Paris: Maloine.

Palmer, Stanley H. 1988. *Police and protest in England and Ireland 1780-1850.* Cambridge: Cambridge University Press.

Pettifor, Ann. 2001. "Why jubilee 2000 made an impact". In: Anheier, Helmut; Glasius, Marlies & Kaldor, Mary (eds.). *Global civil society 2001.* Oxford: Oxford University Press.

Pigenet, Michel & Tartakowsky, Danielle (eds.). 2003. "Les marches". *Le movement social*, Paris, n. 202.

Ray, Raka & KORTEWEG, Anna C. 1999. "Women's movements in the third world: identity, mobilization and autonomy". *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, CA, n. 25, 47-71.

Robert, Vincent. 1996. *Les chemins de la manifestation, 1848-1914*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Scalmer, Sean. 2002. "The labor of diffusion: the peace pledge union and the adaptation of the gandhian repertoire". *Mobilization*, Notre Dame, n. 7, p. 269-285.

Service, Robert F. 2003. "Combat biology' on the Klamath". *Science*, Merkle, J. A., v. 300, 4 de abril, p. 36-39.

Stein, Lorenz von. 1959. *Geschichte der sozialen Bewegung in Frankreich von*

1789 bis auf unsere Tage. Hiledesheim: Georg Olms.

Storch, Robert D. 1976. "The policeman as domestic missionary: urban discipline and popular culture in Northern England, 1850-1880". *Journal of Social History*, Virginia, n. 9, p. 481-509.

Tarrow, Sidney. 1989. *Democracy and disorder*: protest and politics in Italy 1965-1975. Oxford: Clarendon Press.

_____. 1996. "Movimenti politici e sociali". *Enciclopedia delle Scienze Sociali*, Roma, v. 6, p. 97-114.

Tartakowsky, Danielle. 1997. *Les manifestations de rue en France, 1918-1968.* Paris: Publications de la Sorbonne.

_____. 1999. *Nous irons chanter sur vos tombes*: le Père-Lachaise, XIXe-XXe siècle. Paris: Aubier.

Te Brake, Wayne. 1998. *Shaping history*: ordinary people in European politics 1500-1700. Berkely: University of California Press.

Tilly, Charles. 2001a. "Mechanisms in political processes". *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, CA, n. 4, p. 21-41.

_____. 2001b. "Historical analysis of political processes". In: TURNER, Jonathan H. (ed.). *Handbook and political theory.* New York: Klumer/Plenum.

_____. 2002. "Event catalogs as theories". *Sociological Theory*, Vancouver, n. 20, p. 248-254.

_____. 2003. *The politics of collective violence.* Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2004. *Contention and democracy in Europe, 1650-2000.* Cambridge: Cambridge University Press.

_____; Tilly, Louise & Tilly, Richard. 1975. *The rebellious century, 1830-1930.* Cambridge: Cambridge University Press.

Tilly, Charles & Wood, Lesley. 2003. "Contentious connections in Great Britain, 1828-1834". Diani, Mario & Mcadam, Doug (eds.). *Social movements and networks*: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press.

Tilly, Richard. 1980. *Kapital, staat und sozialer Protest in der deustschen Industrialisierung.* Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

Walton, John & Seddon, David. 1994. *Free markets and food riots*: the politics of global adjustment. Oxford: Blackwell.

Wignaraja, Ponna. (ed.). 1993. *New social movements in the South*: empowering the people. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books.

Williams, Robin M. Jr. 2003. *The wars within*: peoples and states in conflict. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
Wilson, Frederick T. 1969. *Federal aid in domestic disturbances 1787-1903.* New York: Arno Press & New York Times.
Wirtz, Rainer. 1981. *"Widersetzlichkeiten, excesse, crawalle, tumult und skandale"*: Soziale Bewegung und gewalthafter sozialer Protest in Baden 1815-1848. Frankfurt: Ullstein.
Young, Michael P. 2002. "Confessional protest: the religious birth of U.S. National Social Movements". *American Sociological Review*, Washington, n. 67, p. 660-688.
Zaleski, Eugène. 1956. *Mouvements ouvriers et socialistes (chronologie et bibliographie)*: la Russie. Vol. 1 (1725-1907). Paris: Éditions Ouvrières.

Resumo

Movimentos sociais são uma forma de fazer política inventada no final do século XVIII na Europa Ocidental e na América do Norte. Este trabalho mostra como os movimentos sociais incorporaram, nesse período, certas características fundamentais que permitem distingui-los de outros fenômenos. Em especial, os movimentos sociais que surgiram depois de 1750 são a síntese de três elementos: a realização de campanhas a partir de demandas coletivas, o emprego de um repertório específico de formas de ação política, e a representação pública de símbolos de unidade, quantidade, compromisso e valor.
Palavras-chave: movimentos sociais; história; campanhas; repertórios.

Abstract

Social movements are a form of making politics invented in Western Europe and North America in the end of the eighteenth century. This text shows how the social movements have incorporated, in this period, certain fundamental characteristics allowing for distinguishing them from other phenomena. In particular, the social movements that emerged after 1750 are the synthesis of three elements: the accomplishment of campaigns based on collective demands, the employment of a specific repertoire of forms of political action, and the public representation of symbols of unity, quantity, commitment, and value.
Key words: social movements; history; campaigns; repertoires